

DO NOVO DESENVOLVIMENTISMO AO ULTRALIBERALISMO: A CRISE DO GOVERNO DILMA – A SAÍDA PELA DIREITA

Wanderson Fábio de Melo¹

Resumo: O trabalho discute o governo Dilma e a sua crise, enfatizando o papel dos empresários. Estuda-se as dimensões do ciclo das commodities, as políticas de conciliação de classe, as medidas favoráveis ao capital, a crise do governo com o setor empresarial e o fim do gestão Dilma Rousseff. As fontes são os posicionamentos dos dirigentes do PT e dos empresários. A metodologia é a análise histórica.

Palavras-Chave: novo-desenvolvimentismo; governo Dilma; empresários brasileiros;

FROM NEW DEVELOPMENTALISM TO NEOLIBERALISM: THE CRISIS OF THE DILMA GOVERNMENT - THE WAY OUT FROM THE RIGHT

Abstract: The paper discusses the Dilma government and its crisis, emphasizing the role of entrepreneurs. The dimensions of the commodity cycle, class reconciliation policies, measures favorable to capital, the crisis of government with the business sector and the end of Dilma Rousseff's management are studied. The sources are the positions of the leaders of the PT and businessman. The methodology is historical analysis.

Keyword: new-developmentalism; Dilma government; brazilian businessman;

DEL NUEVO DESARROLLISMO AL NEOLIBERALISMO: LA CRISIS DEL GOBIERNO DE DILMA: LA SALIDA DE LA DERECHA

Resumen: El artículo discute el gobierno de Dilma y su crisis, enfatizando el papel de los empresarios. Se estudian las dimensiones del ciclo de las materias primas, las políticas de reconciliación de clases, las medidas favorables al capital, la crisis del gobierno con el sector empresarial y el final de la administración de Dilma Rousseff. Las fuentes son las posiciones de los líderes y empresarios del PT. La metodología es el análisis histórico.

Palabras clave: nuevo desarrollismo; Gobierno de Dilma; Empresarios brasileños;

Introdução

O presente texto tem como objetivo discutir a crise do segundo governo de Dilma Rousseff (2014-2016), enfatizando os aspectos econômicos, bem como os impactos nas mudanças dos agentes políticos e sociais na curta duração. Busca-se traçar um panorama geral da crise considerando os elementos internacionais e os impactos no cenário nacional, os desdobramentos das políticas econômicas do chamado novo-desenvolvimentismo e a crise social e política vivida no Brasil.

A característica da formulação programática dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), entre os anos de 2003 e 2016, pode ser evidenciada pelo esforço no sentido de conquistar o desenvolvimento econômico por meio de medidas conciliatórias entre as classes sociais, processo político marcadamente sem rupturas radicais na gestão do social. A economia política dos governos petistas apregou a necessidade de se manter o compromisso com a “estabilidade econômica”, por meio do regime de metas inflacionárias, o câmbio flutuante, o superávit primário e o respeito aos contratos internacionais com o capital financeiro, ao mesmo tempo em que realçava as preocupações com o crescimento econômico, a inclusão social, a valorização salarial e o combate à pobreza extrema.

Sendo assim, praticou-se um governo de conciliação de classes, uma vez que mediou certos interesses do capital financeiro internacional, do grande capital nacional, setores médios, trabalhadores e o subproletariado. Deve-se destacar que, naquele período, se vivenciava um super ciclo das *commodities*, que possibilitou a base material para o atendimento de algumas demandas dos vários setores sociais. A essa plataforma econômica e política nomeou-se de novo-desenvolvimentismo.

Deve-se ressaltar, no entanto, que não há consenso entre os pesquisadores acerca de se avaliar os governos do PT como protagonistas do novo-desenvolvimentismo. Segundo Marcelo Curado, o governo Dilma não pode ser considerado novo-desenvolvimentista porque ampliou a intervenção estatal por meio da injeção de crédito via bancos públicos e adoção da prática de administração de preços, sendo assim, teria se afastado das “indicações da ortodoxia” (CURADO, 2017, p. 140 e 142), preceitos indispensáveis para a “nova estratégia nacional de desenvolvimento”. Em outro diapasão crítico, Leda Paulani afirmou a dificuldade de se

¹ Doutor em História Social também pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2009). Atualmente é professor Universidade Federal Fluminense, Curso de Serviço Social, Campus da UFF de Rio das Ostras. Email: wfabiomelo@yahoo.com.br

denominar as políticas dos governos de Lula e Dilma “de desenvolvimentista seja, neo, novo, ou social o prefixo que se antepõe ao termo”, porque esses governos seguiam “sem projeto e sem planejamento, caminhou ao sabor da conjuntura, sem ameaçar o *status quo*” (PAULANI, 2017, P. 68). Laura Carvalho, por sua vez, ressalta a importância do investimento público no governo Lula para alavancar o desenvolvimento, no entanto, em sua perspectiva, o governo Dilma não pode ser considerado como desenvolvimentista por “privilegiar a redução de impostos como forma de estímulo ao crescimento” (CARVALHO, 2018, p. 85). Para Aloísio Mercadante Oliva, entretanto, o novo-desenvolvimentismo opera com elementos teóricos e práticos dos parâmetros ortodoxos e desenvolvimentista antigo, com finalidades inclusivas, elementos presentes nas formulações dos governos petistas (2010). Assim, pode-se compreender que a proposta econômica dos governos de conciliação de classes se embasou na estratégia novo-desenvolvimentista. Contudo, essa plataforma se esgotou ao longo do período de Dilma, quando os empresários optaram pelo ataque aos direitos sociais e à legislação trabalhista, assumindo o ultraliberalismo.

No processo que levou à queda de Dilma, a questão econômica foi considerada. Em artigo na imprensa de grande circulação, em abril de 2016, Ives Gandra da Silva Martins, um influente jurista e defensor da deposição da presidenta eleita, escreveu:

A presidente Dilma tornou o país ingovernável, sem condições de reverter a recessão, o desemprego, o crescimento da inflação para dois dígitos, os juros altos e a pestilência da corrupção que inundou sua administração. O *impeachment* será, pois, julgado politicamente à luz do imperativo da governabilidade do país e dos elementos jurídicos que o embasam (2016).

Percebe-se que na argumentação favorável ao *impeachment* de Dilma Rousseff, o jurista conservador expressou a subordinação do processo jurídico à questão política e econômica da capacidade de enfrentar os problemas da crise no país. A situação da economia foi sendo utilizada livremente para diluir o casuísmo jurídico que envolveu o processo que levou ao afastamento da presidenta eleita. Nesse sentido, impôs um julgamento político ao Poder Executivo, o que não está previsto no rito da Carta Constitucional de 1988. Assim, o processo que levou à derrubada de Dilma se configurou por uma avaliação política, imprevista na legislação, de modo que torna possível afirmar que no encaminhamento da questão se operou a ruptura aos parâmetros legais.

Neste texto, o processo que levou à deposição da presidenta Dilma em 2016 é considerado como um momento de ruptura institucional, em outras palavras, o *impeachment* é interpretado como um golpe de Estado. Embora tenha havido a participação do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal no processo de afastamento da presidenta eleita, bem como de ampla mobilização dos setores de classe média e empresários, nas ruas, animados pela imprensa de grande circulação televisiva, impressa e digital, a peça jurídica não apresentou provas consistentes para que se justificasse a destituição da ocupante do Poder Executivo nos termos da lei. Existiu a manipulação dos procedimentos jurídicos operados por membros do judiciário, como demonstrou as divulgações do site *Intervept*. Desse modo, para o afastamento da presidenta, houve inúmeras manobras fora dos parâmetros das previsões jurídico-políticas estabelecidas pela Constituição de 1988. Ocorreu a politização de instâncias do Estado, que envolveu a participação de grupos da sociedade empresarial urbana e rural, setores das classes médias, parte substantiva do poder judiciário, políticos da Câmara e do Senado Federal, a imprensa de grande circulação e segmentos políticos conservadores, que praticaram a seletividade no ordenamento jurídico e político. Assim sendo, ao identificar o desrespeito à norma legislativa e jurídica, pode-se dizer que em 2016 ocorreu a ruptura institucional no Brasil, um golpe de Estado com elementos do campo jurídico, parlamentar, midiático e empresarial.

Os eixos de problematização deste trabalho estão relacionados às respostas das seguintes perguntas: de que modo se configurou no Brasil o chamado “novo-desenvolvimentismo”? Como as medidas dos governos de Dilma Rousseff se relacionaram aos anseios da sociedade civil? Qual foi o comportamento do empresariado diante do governo Dilma? Quais os elementos no plano econômico-social que levaram à queda do governo do PT?

As fontes para essa reflexão estão formadas por discursos presentes nas entrevistas de dirigentes do PT no governo, informações sobre os preços das *commodities* na última década, dados socioeconômicos brasileiros e produções intelectuais acerca dos governos petistas. O procedimento metodológico segue o estudo da história em processo, isto é, a análise dos movimentos que engendrou o social, atento à pressão direta dos acontecimentos na curta duração e a sua historicidade. Ademais, espera-se identificar como as lutas sociais criaram as circunstâncias e as condições da ascensão e queda do novo-desenvolvimentismo e da deposição do segundo governo Dilma.

Dimensões do ciclo das *commodities* e os seus impactos

Diante da longa crise estrutural do capital², merece destaque a atual etapa iniciada com o estouro da bolha imobiliária estadunidense, o colapso dos *subprimes*, de 2008, no principal centro imperialista.³ Uma crise que ainda está em curso, mas que chegou aos países chamados emergentes pouco depois, e com expressiva força, materializada a partir da queda dos preços das principais *commodities*, particularmente, devido à diminuição do dinamismo da economia chinesa e ao baixo crescimento dos países europeus.

Torna-se importante considerar que houve certa evolução econômica mundial do início do século XXI até a crise dos *subprimes*, nos EUA, em 2008. Segundo André Singer:

Depois de um período de turbulência, pontuado pela crise asiática em 1997, a russa em 1998, a brasileira em 1999 e a argentina em 2001, a economia mundial voltou ao ritmo de crescimento dos “exuberantes anos 1990” entre 2003 e 2007. A expansão econômica mundial pulou de 2,8% em 2002 para 5,1% em 2006. Além do “vento a favor” representado pelo crescimento mundial, houve o *boom* dos preços das *commodities*, que não acontecia havia vinte anos. De acordo com Gilberto Libânio, utilizando dados da Unctad de 2007, as *commodities* tiveram valorização média de 89% no período 2002-06 (2012, p. 175).

Entretanto, após a crise nos EUA, o maior mercado consumidor dos produtos chineses, a produção do dragão asiático se viu impactada, o que deflagrou a repercussão mundial. Vale destacar que, na América Latina, o *boom* das *commodities* (2003-2013), alimentado pelo crescimento chinês, amenizou os impactos da crise de 2008 por certo tempo, em razão das exportações de produtos primários. Contudo, a permanência da crise levou à queda dos preços dos principais produtos de exportação latino-americanos, de modo que deixou em evidência os problemas históricos do continente que ainda depende fundamentalmente da exportação de produtos agrícolas e minerais.

O super ciclo das *commodities* correspondeu, em linhas gerais, a uma fase de implantação de governos “progressistas” na região. Governos que realizaram ações de melhorias pontuais, mas sem mudanças estruturais na sociedade. Fizaram políticas sociais focalizadas sem desmontar os alicerces das políticas econômicas do período neoliberal, isto é, continuou-se a priorização do *superávit* primário, o combate à inflação, os juros altos e o câmbio fluante.

O Brasil é mais um caso desse processo de crescimento com base nas exportações de *commodities* e com eleições de governos com certa base popular, que realizaram reformas focalizadas, ao mesmo tempo em que se mantinha os ordenamentos da política neoliberal. Ao longo do ciclo de administrações federais petistas, os governos de conciliação de classes levaram a cabo uma política de apoio ao agronegócio, de favorecimento a algumas indústrias e de investimento em infraestrutura, aspectos que resultaram em benefícios às grandes empreiteiras. Além disso, destacam-se ações como as vendas de algumas áreas de empresas estatais ao setor privado; implementação de gestão do Estado que combinava interesses do grande capital, a política de valorização do salário mínimo e políticas sociais focalizadas, importante para os seus beneficiários, isto é, o subproletariado. Dentre essas políticas sociais, é válido mencionar o Programa Bolsa Família, política social focalizada aos pobres, ou extremamente pobres. A partir de 2009, houve o programa Minha Casa Minha Vida, uma política habitacional direcionada aos assalariados com qualificação e à classe média baixa, mas que favoreceu também as empreiteiras privadas e a especulação imobiliária. Esse conjunto de ações programáticas, que buscava conciliar interesses de diferentes classes e instaurar uma estratégia nacional de desenvolvimento, ganhou o nome de novo-desenvolvimentismo.

O crescimento econômico da China ampliou o consumo das *commodities* e impactou o mercado mundial no século XXI. Em 2015, o grande país do Oriente consumiu aproximadamente 54% da produção global de alumínio, 50% de níquel e 46% da produção de zinco. Em relação às *commodities* agrícolas, foram 31% da produção de algodão, 30% da produção de arroz e milho 22%. (WORD ECONOMIC FORUM, 2015). Ainda em relação ao caso chinês, as importações de produtos e bens básicos saltaram de US\$ 31 bilhões, em 2001, para US\$ 297 bilhões, em 2008, e US\$ 525 bilhões, em 2014. Na Índia, as importações das *commodities* no mesmo período passaram de US\$ 20 bilhões para US\$ 195 bilhões (WORD BANK, 2018). Desse modo, nota-se que nos dois países mais populosos do mundo ocorreu o crescimento sem precedentes da demanda por mercadorias agrominerais.

A elevação dos preços das *commodities* foi significativa no início do século. O preço do petróleo saltou de valores próximos a US\$ 25 o barril, no início dos anos 2000, para aproximadamente US\$ 130, em julho de 2008. Com a crise mundial de 2008, os preços sofreram quedas e flutuações, mas atingiram a marca de US\$ 100, em 2011. A soja era negociada por US\$ 184 o metro cúbico, em 2003, na China. Ao longo da década, os

² Segundo Istvan Mészáros, o sistema do capital e, em particular, o capitalismo, após a crise de 1973, adentrou a uma nova fase, inédita, de crise estrutural, marcada por um *continuum* depressivo que fez com que a etapa cíclica anterior passasse à história. Embora ocorra alternância em seu epicentro, a crise do capital se mostra longa e duradoura, sistêmica e estrutural. Conferir MÉSZÁROS (2002).

³ A esse respeito remete-se à discussão colocada por BRENNER, Robert. “O princípio de uma crise devastadora” (2008).

valores chegaram a US\$ 300, em 2007. Em 2012, chegou a US\$ 500, mas reduziu para US\$ 300, em 2015 (IMF, 2018).

No que se refere a minérios de ferro, uma das principais *commodities* internacionais importadas pela China, também houve um crescimento expressivo. A tonelada métrica de minério de ferro foi negociada em US\$ 13, ao longo de 2003, ao passo que elevou-se a valores superiores a US\$ 100, no início de 2010.

Em consequência da elevação dos preços das *commodities*, a pauta de exportações brasileiras sofreu o processo de primarização, constatado a partir do crescimento da importância relativa e absoluta das vendas de mercadorias agroindustriais e minerais. Nesse sentido, cabe destacar que, em 2001, os produtos básicos e agrícolas representaram aproximadamente 26% das exportações brasileiras. Posteriormente, as exportações de bens básicos e agrícolas representaram 44%, em 2010, e 46%, em 2014.

As exportações brasileiras atingiram o seu pico em 2011, momento em que o total vendido no exterior chegou a US\$ 256 bilhões. Desse montante, os produtos básicos e bens básicos respondiam por US\$ 122 bilhões. As vendas externas do grupo de bens compostos pelos minérios metalúrgicos (ferro, cobre e alumínio) representaram aproximadamente 17,2% do total exportado pelo país, isto é, US\$ 44 bilhões. As exportações oriundas da soja e derivados totalizaram US\$ 23 bilhões e representaram 9,8% no total das vendas externas. No terceiro item de *commodities* mais importante da pauta de exportação brasileira, formado por carnes e derivados, as exportações somaram US\$ 15,3 bilhões (MANZI, 2016, p. 36-43). Em relação às exportações de soja, as vendas externas apresentaram um declínio de 10%, entre 2014 e 2015. Como consequência, o preço da tonelada conheceu uma redução média de 24% (US\$ 509, em 2014, para US\$ 386, em 2015).

Durante o governo Lula, foi mantida a política macroeconômica ortodoxa, armada no período anterior. Nesse sentido, o Banco Central ficou a cargo de Henrique Meirelles, quadro de confiança do capital financeiro internacional, que havia trabalhado por 28 anos no *BankBoston*. Ao mesmo tempo, o governo adotou medidas anticíclicas, como a política de valorização do salário mínimo, adoção de políticas sociais focalizadas e um conjunto de medidas creditícias para estimular a economia e expandir o mercado de consumo interno, via endividamento. Tratou-se de uma forma de incorporação problemática, ausente de reformas estruturais. Além disso, a inclusão social, que passava pela via do consumo com dívidas, inevitavelmente, levou à despolitização e a desorganização das classes trabalhadoras e dos setores subalternos.

Em 2007, com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), os bancos públicos tornaram-se uma poderosa alavanca de sustentação para o grande capital nacional privado, financiando a reorganização produtiva e as obras públicas, expressando a ascensão novo-desenvolvimentista. O PIB no governo Lula apresentou expansão média de 4% ao ano, entre 2003 e 2010, tendo como seus dois melhores resultados o de 2007, índice 6,1%, e de 2010, o expressivo número de 7,5%, marca que não era atingida desde meados da década de 1980. Em síntese, ocorreu a expansão do PIB nos governos de Lula na ordem de 32%.

A primeira década do século XXI representou um período de bonança para as grandes empresas brasileiras. Tratou-se de um momento de acumulação de importância similar em relação à fase dos anos 50 do século XX, etapa formativa dessas grandes empresas nacionais, e do passo da expansão do período ditatorial chamado de “milagre econômico brasileiro” (1968-1973), quando foi consolidado um capital financeiro no país. Durante os dois governos de Lula, notou-se a internacionalização de algumas dessas empresas, consolidadas nos anos 50 e que se expandiram nos anos 70. De acordo com Raúl Zibechi (2012), em 2010, o grupo Gerda alcançou 337 unidades em 14 países, com um valor de mercado de 22 bilhões de dólares. No mesmo ano, a JBS, empresa de frigoríficos brasileira, faturou cerca de 35 bilhões de dólares e, no ano seguinte, era responsável por 22% da oferta de carne bovina nos Estados Unidos, o maior mercado consumidor do planeta. A empreiteira Odebrecht, em 2010, tinha cerca de 130 mil funcionários em todo o mundo e receitas da ordem de 32 bilhões de dólares.

O novo-desenvolvimentismo: a expressão programática da conciliação de classes

O desenvolvimentismo foi o projeto social da burguesia industrial latino-americana dos anos 30 à década de 80 do século XX, segmento que compartilhava o poder de Estado com a burguesia agroexportadora, ao mesmo tempo em que buscava ampliar seus espaços na sociedade política por meio da aliança com o proletariado fabril e com setores médios assalariados urbanos, ao menos até meados dos anos 60.

O projeto desenvolvimentista favorecia a moderna sociedade urbano-industrial e a ampliação de empregos, a partir da formação de centros capitalistas. Entretanto, a despeito de criticar o modelo primário-exportador, os agentes do desenvolvimentismo foram incapazes de realizar a reforma agrária, medida indispensável para embasar a instauração do modelo industrial de desenvolvimento autônomo, uma vez que o encaminhamento da questão agrária, com a distribuição de terras aos camponeses, resultaria no aumento exponencial da produção de alimentos e da oferta de matérias-primas, condição imprescindível para o desenvolvimento nacional amplo e integrado.

Contudo, a aliança de poder sob o qual estava envolvido o desenvolvimentismo considerava as demandas dos proprietários agrários, por seus recursos advindos das exportações de bens primários tradicionais aos países imperialistas, e não as demandas do campesinato pobre. Ademais, a industrialização conseguida nesses países pelos desenvolvimentistas foi dependente e subordinada em relação ao capital transnacional. Nesse sentido, a opção da burguesia industrial foi a sua reprodução na condição de parceira menor e submetida ao capital financeiro internacional. Em consequência, o desenvolvimentismo foi incapaz de alavancar um mercado interno dinâmico para a sua realização programática.

Na América Latina, portanto, formou-se a sociedade com elementos de superexploração da força de trabalho no campo e na cidade, isto é, a remuneração da força de trabalho abaixo do valor para a sua reprodução. Em consequência, estabeleceu-se uma estrutura interna restrita, o que pôs a economia do continente na crise e na estagnação já nos anos 1960, de modo a esgotar a capacidade transformadora da plataforma desenvolvimentista. De meados dos anos 60 em diante, o desenvolvimentismo em crise foi tutelado por ditadores militares e tecnocratas nos diversos países, perdendo por completo o elemento nacional-popular. A elevação unilateral dos juros pelos países imperialistas nos anos 70 e 80 enterrou por definitivo tal proposta.

Para a América Latina, nos anos 90, vigorou as políticas do Consenso de Washington, ancoradas nos preceitos neoliberais, como a prioridade no combate à inflação, redução do déficit público para pagar os juros da dívida externa, redução das taxas alfandegárias de proteção da indústria nacional, privatizações do patrimônio público e arrocho nos salários. A implicação de tais medidas foi catastrófica para o continente, levando ao agravamento da crise social e a ampliação da pobreza em todos os seus países.

No Brasil, as políticas neoliberais impactaram negativamente o que restava de indústria nacional, resultando no crescimento da pobreza extrema. Diante disso, alguns segmentos industriais – sobretudo o setor de infraestrutura e o dos que viviam do mercado doméstico, como o de roupas e calçados – no final dos anos 90, começaram uma aproximação com políticos petistas. Como resultado desses encontros, houve a aliança entre as emblemáticas figuras de Lula e José Alencar. O primeiro, um ex-líder sindical, fundador do PT e que se transformou em político profissional. O segundo, um empresário do ramo têxtil, setor duramente afetado pelas políticas de liberação comercial. Operou-se a composição de uma chapa para a disputa presidencial, com um evidente programa de conciliação de classes.

Aloízio Mercadante Oliva, um economista e quadro político do PT, ressaltou que a proposta do *novo desenvolvimentismo* no Brasil surgiu com a “Carta ao Povo Brasileiro”, documento da chapa presidencial Lula/José Alencar:

Na “Carta ao Povo Brasileiro”, lançada em julho de 2002, abdicávamos publicamente de uma estratégia de ruptura e assumíamos o compromisso com uma transição progressiva e pactuada para o novo modelo de desenvolvimento. O compromisso com a estabilidade econômica era apresentado como inegociável e o regime de metas inflacionárias, o câmbio flutuante, o superávit primário e o respeito aos contratos eram claramente incorporados ao programa de governo. (OLIVA, 2010, p. 3-4).

Como se percebe, a política novo-desenvolvimentista não trouxe em sua configuração a perspectiva de ruptura com o imperialismo (o domínio do capital financeiro) ou com a dominação interna da burguesia. Nesse sentido, comprometeu-se em manter os alicerces ortodoxos na arena econômica, que drenam os recursos da economia nacional para o capital financeiro internacional. Contudo, a partir da conquista de uma “sólida estabilidade macroeconômica” e a “dinamização do mercado interno de consumo de massas”, tal política empenhou-se em sustentar os “processos de distribuição de renda e de inclusão social” (OLIVA, 2010, p. 20-21).

A importância assumida pelo mercado internacional desde o final do século passado, na visão do economista novo-desenvolvimentista Luiz Carlos Bresser Pereira, impôs a situação na qual

A preocupação com a estabilidade macroeconômica é hoje mais necessária do que no passado devido à instabilidade causada pelos fluxos de capital internacionais. Em síntese, o mercado e o setor privado têm, hoje, um papel maior do que tiveram entre 1930 e 1980: a forma do planejamento deve ser menos sistemática e mais estratégica ou oportunista, visando permitir que as empresas nacionais compitam na economia globalizada (2004).

Nessa linha de raciocínio novo-desenvolvimentista, o enfrentamento ao imperialismo é descartado porque prejudicaria a competição das empresas brasileiras no comércio mundial. Bresser Pereira defende que “o novo desenvolvimentismo é um conjunto de valores, ideias, instituições e políticas econômicas através das quais, no início do século XXI, os países de renda média procuram alcançar os países desenvolvidos” (2010).

Nota-se que a proposta é direcionada aos países de “renda média”, isto é, às nações que conseguiram a consolidação de algum tipo de indústria em seus territórios, com capacidade de competição no mercado mundial. Deve-se observar que nos países com alguma estrutura de industrialização, em vários setores das classes dominantes, houve a tendência a despontar uma guinada novo-desenvolvimentista em detrimento da

ortodoxia neoliberal, sobretudo após o traumático período de concorrência extrarregional, desnacionalização do aparato produtivo e perda de competitividade internacional.

Distintamente da desregulamentação ortodoxa e do planejamento desenvolvimentista, os economistas novo-desenvolvimentistas João Sicsú, Luiz Fernando de Paula e Renault Michel propuseram o “Estado capaz de regular a economia”, uma vez que “deve ser constituída por um mercado forte e um sistema financeiro funcional – isto é que seja voltado para o financiamento e não para a atividade especulativa” (2005, p. 3). A proposta afirmava, em outras palavras, a possibilidade de um capitalismo regulado pelo Estado para que não houvesse o predomínio da especulação, mas sim o favorecimento ao setor produtivo.

O sujeito fundamental para o novo-desenvolvimentismo, assim como para o antigo, é a burguesia industrial. Segundo Sicsu, Paula e Michel,

um projeto de desenvolvimento que atenda os interesses nacionais, e que permita uma inserção soberana do país na economia internacional. A história mundial mostra também que não há capitalismo forte sem um empresariado nacional forte. Em outras palavras, sem a consolidação de um “núcleo endógeno” empresarial o desenvolvimento torna-se frágil, pois não se criam grupos empresariais capazes de participarem em igualdade de condições do pesado jogo de competição internacional de comércio e investimentos. (2005, p. 5)

Eis, portanto, a plataforma programática da burguesia dos países emergentes em condições de competir no mercado mundial em alguns setores, no contexto favorável dos ciclos das *commodities*. Uma aliança que dispensa rupturas com as estruturas financeiras mundiais, concilia interesses de classes internamente e alavanca o progresso econômico, sob a liderança do setor produtivo industrial. Torna-se relevante observar que essa posição serve para justificar o apoio econômico do Estado aos empreendimentos empresariais produtivos exportadores. Nesse passo, o governo Lula lançou, em 2004, a Política Industrial, Tecnológica e do Comércio Exterior (PITCE), que previa a desoneração fiscal na aquisição de equipamentos por parte dos empresários.

No encaminhamo da dívida pública, a gestão do PT não optou pelo cancelamento dos contratos ou auditoria nos débitos. Nos governos de Lula, a iniciativa estratégica foi a desdolarização da dívida, isto é, a reestruturação da dívida pública afetando os títulos indexados ao câmbio, que passaram de 22%, em 2002, para 1%, em 2008; e os pós-fixados, de 61%, em 2002, para 36%, em 2008. Em contrapartida, os pré-fixados aumentaram sua participação de 2%, em 2002, para 32%, em 2008. Diante dessas mudanças, a dívida pública líquida caiu de 52% do PIB, em 2002, para 35% em 2008. O Brasil ficou, portanto, muito menos vulnerável às mudanças no cenário externo.

Com vistas a aflorar o desenvolvimento interno, o governo protagonizou a mudança substantiva nas operações de crédito, que representavam 25,5% do PIB, em janeiro de 2002, mas foram ampliadas para 49,2%, em dezembro de 2012. Por consequência, o crescimento do crédito reforçou o dinamismo do consumo das famílias e do mercado doméstico, acelerando a economia, ao mesmo tempo em que fez crescer o endividamento.

O governo de conciliação de classes direcionou recursos a outros segmentos sociais. Parte dos trabalhadores qualificados e setores médios conseguiram acessar o crédito imobiliário do Programa Minha Casa Minha Vida, do segundo governo de Lula em diante, visto que, em 2005, o montante total de crédito para construção e financiamento imobiliário no país era de R\$ 4,8 bilhões. Em 2014, foi para R\$ 102 bilhões. Tais dados demonstram o crescimento de mais de 2000% dos recursos, em dez anos, para a construção de residências.

Os trabalhadores assalariados, de certa forma, são contemplados na medida em que se instituiu aumentos salariais acima da inflação, uma vez que, entre 2002 e 2016, no Brasil, o salário-mínimo registrou ganho real de 77,3%, descontada a inflação. A política de valorização do salário-mínimo estabeleceu reajustes anuais para repor a inflação do ano antecedente e a média do crescimento do PIB do biênio anterior. Sendo assim, na trajetória dos 13 anos de governos petistas, o salário-mínimo passou de R\$ 200,00 para R\$ 880,00.

O subproletariado, por seu turno, também foi considerado pela economia política dos governos petistas. Em 2009, o governo fixou a linha da pobreza em R\$ 140,00 familiares mensais *per capita*, por representar, à época, U\$ 1,25 *per capita* dia, seguindo os parâmetros do Banco Mundial. A extrema pobreza foi fixada em metade disso, ou seja, R\$ 70,00 familiares mensais *per capita*. O Programa Bolsa Família foi direcionado aos que se encontram na pobreza ou na extrema pobreza, as contrapartidas para o recebimento do benefício incluem a frequência escolar das crianças e jovens. Após 13 anos, o programa ajudou a tirar 14 milhões de famílias ou 42 milhões de brasileiros de tal situação. Em 2013, os seus recursos estiveram na ordem de R\$ 24 bilhões, para atender 50 milhões de pessoas. Essa política focalizada contribuiu para a retirada do Brasil do Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas, em 2014.

Durante os governos do PT, houve a alteração dos segmentos de renda, o crescimento da chamada classe C, isto é, famílias com renda mensal entre R\$ 1.064,00 e R\$ 4.591,00. Nesse formato de classificação, a

“elite econômica” (classe A e B) possui renda superior a R\$ 4.591,00, enquanto a classe D ganha entre R\$ 768,00 e R\$ 1.064,00. A classe E, os pobres, por sua vez, reúne famílias com rendimentos abaixo de R\$ 768,00. Segundo Márcio Pochmann, “22,5 milhões de pessoas [...] deixaram a condição de pobreza” (2014, p. 57) entre 2002 e 2012. Para o sociólogo Marcelo Neri, “cerca de 39,6 milhões ingressaram nas fileiras da chamada nova classe média entre 2003 e 2011” (2010, p. 27). Sendo assim, a parte da população do país considerada classe C, que representava 37,6% em 2003, passou a 60,2%, em 2013, um fato inédito na história brasileira.

Torna-se importante ressaltar que o super ciclo das *commodities* viabilizou a base material para o novo programa social conciliatório. Além disso, a situação favorável alavancou o mercado interno, que mesmo via endividamento, fez gerar empregos e ampliar a renda de segmentos expressivos no país.

Entretanto, vale destacar que a crise mundial se agravou ao afetar a China e, por conseguinte, foi reduzida a procura por bens primários, comprometendo as economias latino-americanas e, consequentemente, a brasileira. Para o enfrentamento à crise mundial, o governo Dilma Rousseff, por um lado, manteve o compromisso em realizar o superávit primário para o pagamento dos títulos da dívida e amortizações. Nessa linha, cortou do orçamento R\$ 50 bilhões, em 2011, e R\$ 60 bilhões, em 2012. Por outro, decretou várias ações favoráveis ao empresariado nacional exportador, o grande sujeito estratégico do novo-desenvolvimentismo.

O aceno ao “capital produtivo”

Durante o crescimento econômico brasileiro, na primeira década do século XXI, surgiram algumas indicações no intuito de qualificar os conflitos sociais no país. O sociólogo Armando Boito Jr. defendeu: “assistimos, no Brasil da década de 2000, à ascensão política de uma nova burguesia nacional no interior do bloco no poder vigente no Estado brasileiro” (2012, p. 67). Contudo, essa nova burguesia, ou fração da burguesia, na visão de Boito Jr., ganhou fôlego e constituiu-se na Grande Burguesia Interna ao longo da primeira década do século XXI. Tal segmento seria composto por empresas voltadas ao setor industrial, bancos, agronegócio e construção civil. Essa fração burguesa teria interesses distintos em relação à “Grande Burguesia Compradora”, isto é, para Boito Jr., a parte burguesa composta por grupos financeiros nacionais, empresas nacionais associadas a estrangeiras, empresas de importação e o próprio capital estrangeiro. Além disso, nas disputas sociais havia também o Capital Financeiro Internacional, representado nos conglomerados que unificam indústrias, bancos e serviços, sob o comando das finanças estrangeiras. No entendimento do sociólogo, “a grande burguesia industrial interna afirmou-se como base de classe do governo Lula” (2012, p. 88).

De certo modo, a visão hegemônica no interior dos círculos de poder dos governos petistas foi a de que a contradição fundamental no século XXI estava entre os setores burgueses industriais produtivos *versus* a burguesia rentista e compradora. O governo Dilma destacou-se por buscar a ampliação das relações políticas e sociais com o segmento industrial, de modo que intentou-se aprofundar a coalizão ideopolítica do novo-desenvolvimentismo.

No intuito de ampliar as capacidades anticrise cíclicas na economia brasileira, o governo Dilma empreendeu uma série de medidas aos empresários, divulgada como a *Nova Matriz Econômica*. Segundo a economista Laura Carvalho, adotou-se a “Agenda Fiesp”: a redução dos juros, ampliação do crédito via BNDES, política para ampliação da indústria, desonerações fiscais, reforma do setor elétrico, desvalorização da moeda nacional em relação ao dólar, medidas sobre o fluxo de capitais estrangeiros e proteção ao produto nacional.

Para realizar a queda nos juros, como observou André Singer,

O BC minorou a taxa básica de juros de 12,5% para 7,25% ao ano entre agosto de 2011 e abril de 2013, tendo a Selic (Sistema Especial de Liquidação e de Custódia) alcançado o valor mais baixo desde a sua criação, 1986. Considerando a inflação de 6,59% acumulada em doze meses, o juro real chegou a menos de 1% ao ano no final do ciclo (abril de 2013). De campeão mundial de juros, o Brasil passou a ter ‘nível considerados baixos’, compatíveis com os praticados nos centros capitalistas. Para normalizar ainda mais o custo do crédito, o Executivo pressionou os bancos privados a baixarem os *spreads* (2018, p. 43).

Com o objetivo de que a redução da taxa Selic chegasse ao mercado de crédito, o governo Dilma passou a concentrar esforços para reduzir o chamado *spread* bancário, a margem cobrada pelos bancos comerciais sobre os juros básicos da economia nas operações de crédito. Por meio dos bancos públicos, o governo forçou os bancos privados a reduzir os seus *spreads*. Tal medida, na prática, resultou na diminuição dos lucros bancários. Isso alterou substantivamente a atitude dos banqueiros e de seus asseclas na imprensa de grande circulação contra o governo. O ato do Poder Executivo foi divulgado como enfrentamento intervencionista de Dilma em relação ao mercado financeiro.

Acerca da ampliação creditícia no governo Dilma, destaca-se que o BNDES aumentou a linha de crédito subsidiado, chegando a alimentar o banco de fomento por meio de mais de R\$ 400 bilhões através da

emissão de títulos públicos. Em agosto de 2011, foram colocadas inúmeras medidas de favorecimento à indústria, expondo a previsão de investir R\$ 597 bilhões nesse setor até 2015.

No tocante às desonerações tributárias, o governo Dilma lançou o Plano Brasil Maior, em agosto de 2011. De acordo com Laura Carvalho,

o programa previa, entre outros pontos, a redução do IPI [Imposto sobre Produtos Industrializados] sobre máquinas e equipamentos, materiais de construção, caminhões e veículos, a concessão de créditos tributários para exportadores e a chamada desoneração da folha de pagamento. (2018, p. 69).

Assim, o setor industrial pôde contar com a renúncia fiscal, uma vez que, segundo André Singer, “em 2014, a desoneração atingiria 42 setores e pouparia cerca de R\$ 25 bilhões anuais aos empresários” (2018, p. 44). O governo Dilma, empenhado no esforço de coalizão junto aos empresários industriais, enxergava a carga fiscal elevada ao “setor produtivo”, sendo necessária a abdicação de tributos, na perspectiva futura de realização da reforma tributária de maior fôlego, mas que nunca foi convocada. Por consequência, segundo Laura Carvalho, “o conjunto dessas políticas gerou uma forte perda de arrecadação pelo governo federal. O custo anual com as renúncias tributárias, que era de 140 bilhões de reais em 2010, passou a ser 250 bilhões em 2014” (2018, p. 71).

Em relação ao setor elétrico, em setembro de 2012, foram lançadas medidas que barateariam a conta de luz em 18%, para os consumidores residenciais, e em até 32%, para a indústria e o comércio. A redução das tarifas de energia era uma reivindicação da indústria para baixar os custos de produção com vistas à competitividade. Tal bandeira fora desfraldada pelo presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, na campanha “Energia a Preço Justo”, lançada no ano anterior.

No começo de 2012, segundo André Singer, o Banco Central “agiu para desvalorizar a moeda de aproximadamente 1,65 real por dólar, patamar no qual se encontrava ao final do segundo mandato de Lula, para 2,05 reais o dólar, alcançado em maio de 2012, numa desvalorização de 19,52%” (2018, p. 45), pois entendia-se que o câmbio valorizado dificultava a situação da indústria nacional competir internacionalmente.

No sentido de intervir no fluxo de capitais estrangeiros, “impôs-se uma alíquota de 1% do Imposto de Operações Financeiras (IOF) sobre posições vendidas dos chamados derivativos de câmbio acima de 10 milhões de dólares, atingindo o cerne da especulação cambial que ocorria” (2018, p. 61) naquele momento, quando o real parecia sofrer um ataque especulativo.

Em defesa do produto nacional, o governo Dilma elevou os Impostos de Importação de cem produtos, saindo de uma taxa de 12 a 13% para até 35% (a alíquota máxima permitida pela Organização Mundial do Comércio) em alguns produtos, de modo a encarecer o artigo externo e, conseqüentemente, favorecer a produção no país.

Entretanto, apesar de todas essas medidas que visavam favorecer o “capital produtivo”, não ocorreu a retomada do investimento ou o ciclo ascendente do desempenho econômico. Os índices de crescimento do PIB no governo Dilma foram pífios: em 2011, foi de 4%; 2012, de 1,9%; 2013, de 3,0%; 2014, 0,5%; e 2015, -3,8%. Diante de tal situação, mesmo tendo a sua agenda incorporada pelo governo Dilma, a burguesia industrial apeou do pacto de conciliação de classes.

A burguesia “produtiva” desembarca da conciliação

Diante da crise econômica do começo do segundo mandato de Dilma Rousseff, em entrevista no início de 2018, Lula afirmou:

O que eu falei para ela [Dilma] foi que minha recomendação era o [Henrique] Meirelles. (...) Porque o Meirelles daria a tranquilidade de quem tinha dado certo num outro governo. (...) Toda vez que o Meirelles falava ‘estamos precisando aumentar a taxa de juros em 0,5%’, eu dizia: Tudo bem, você aumenta 0,5%, e eu reduzo a TJLP [Taxa de Juros de Longo Prazo] em 0,5. (2018, p. 35-36).

Segundo o ex-presidente Lula, a chave da questão econômica estaria na confiança e no ânimo do setor privado para investir. Nessa perspectiva, parte da solução passava por “chamar o Meirelles” para o Ministério da Fazenda. Entretanto, dado o agravamento da situação, por conta do endividamento das famílias, das empresas e do Estado, o enfrentamento à crise parece ser bem mais complexo. Para reativar o ciclo econômico, será preciso mais do que medidas monetárias com vistas à confiança do setor privado. Distintamente dos anos da primeira década do século XXI, as bases materiais para a política de conciliação de classe inexistem.

Após vencer as eleições de 2014, por uma pequena margem de votos, em meio à disfunção do pacto novo-desenvolvimentista, Dilma Rousseff colocou no Ministério da Fazenda Joaquim Levy, economista executivo do Bradesco. Levy advogou formulações ortodoxas para a economia, como o ajuste fiscal, com o objetivo de garantir recursos ao pagamento da dívida pública.

Segundo Laura Carvalho:

As medidas de ajuste entre o fim de 2014 e o início de 2015 incluíam uma redução de 58 bilhões de reais nos gastos do PAC; uma economia de 18 bilhões pela alteração das regras para recebimento de seguro-desemprego, abono salarial e auxílio-doença; uma receita adicional de 12,2 bilhões pela redução da desoneração da folha (aumento da alíquota de 1-2% para 2,5-4,5%) e de 5 bilhões pela volta do IPI para veículos. (2018, p. 97).

Somados a isso, “os preços administrados, que vinham sendo represados, foram reajustados de forma brusca e cresceram 18,1% no ano. Os maiores aumentos se deram nas tarifas de energia elétrica (51%) e nos preços do gás de bujão (22,6% e da gasolina (20,1%)”. (CARVALHO, 2018, p. 98).

Como consequência do ajuste fiscal de J. Levy:

Com o PIB e a arrecadação menores, o déficit primário aumentou de 17 bilhões de reais em 2014 para 111 bilhões em 2015, apesar do corte de despesas. A dívida líquida do setor público, por sua vez, passou de 32,6% do PIB em dezembro de 2014 para 35,6% em dezembro de 2015. Já a dívida bruta saltou de 56,3 para 65,5% do PIB. (CARVALHO, p. 100)

A despeito das medidas monetárias ortodoxas, a inflação aumentou. Com a média inflacionária de 6,4% no primeiro mandato de Lula, 5,1% no segundo, 6,1% no primeiro governo de Dilma; na gestão de Levy, a inflação bateu a 10,67% em 2015, chegando a dois dígitos, o que não acontecia desde o último ano do governo de Fernando Henrique Cardoso.

Em meio à crise do governo, o vice-presidente Michel Temer apresentou o programa *Uma Ponte para o Futuro*. Elaborado na concepção ultraliberal, porque as suas formulações consideravam que apenas o ajuste fiscal (neoliberal) não era suficiente para a retomada econômica, mas que se deveria afetar estruturalmente os direitos sociais dos brasileiros. O documento defendia a flexibilização das leis trabalhistas, o fim da obrigatoriedade de gastos com saúde e educação e a desindexação de benefícios previdenciários ao salário-mínimo. Diante disso, o empresariado abandonou por completo a plataforma novo-desenvolvimentista e adotou o ultraliberalismo.

O presidente da Fiesp, outrora aliado do governo, foi uma das primeiras lideranças empresariais a apoiar a derrubada de Dilma. Paulo Skaf dirigiu a campanha “não vou pagar o pato”, no momento em que se discutia o retorno do imposto sobre movimentação financeira. Em 13 de dezembro, durante manifestações favoráveis ao *impeachment*, distribuiu vários patos de borracha e colocou um pato inflável de 12 metros de altura na Avenida Paulista, em frente ao prédio da entidade patronal. O empresariado alimentou a tomada das ruas pelos conservadores.

Vale destacar que a mais eficiente pressão em favor do choque ultraliberal veio, contudo, de onde o petismo menos esperava. Segundo A. Singer: “O empresariado industrial, à medida que a política a seu favor ia sendo aplicada, mostrava-se paradoxalmente refratário ao programa governamental” (2018, p. 57).

Nos meses de março e abril de 2016, empresários de todas as regiões do país desembarcaram em Brasília para pressionar os deputados em favor do *impeachment*. Juntamente ao *lobby* na Câmara, representantes empresariais saíram às ruas contra a presidenta. Como narrou a jornalista Alice Maciel, “a Fiesp foi além. Montou uma infraestrutura na frente da sede, na Avenida Paulista, para receber manifestantes favoráveis ao processo e publicou um anúncio de 14 páginas no primeiro caderno dos principais jornais do país defendendo ‘Impeachment Já!’” (2016). A participação da burguesia brasileira foi decisiva na derrubada de Dilma Rousseff.

A financeirização do capital

Posterior ao golpe jurídico, parlamentar, midiático e empresarial de 2016, a ex-presidenta Dilma Rousseff reconheceu o erro das desonerações fiscais. Segundo ela: “Eu acreditava que, se diminuísse impostos, teria um aumento de investimentos. Eu diminuí, me arrependo disso. No lugar de investir, eles (os empresários dos setores desonerados) aumentaram a margem de lucro” (2017).

A renúncia fiscal impactou o caixa do Estado, que estava sob forte contenção nos gastos. Nesse sentido, inviabilizou os investimentos públicos e a garantia de direitos sociais. A abdicação tributária apenas ampliou os lucros empresariais, sem nenhum efeito para um ciclo ascendente na economia.

A política de preços administrados tampouco obteve a finalidade esperada. No setor elétrico, como apontou André Singer, “um dos efeitos foi provocar a diminuição do valor de mercado das empresas envolvidas, o que causou perdas a investidores” (2018, p. 45). Em uma estrutura amplamente financeirizada, os atos apresentados para favorecer a burguesia “produtiva”, na realidade, se voltaram contra ela própria, porque o empresário industrial também opera no mercado financeiro. Desse modo, a redução no valor das ações das empresas de energia foi considerada como prejudicial pelo conjunto dos investidores no setor.

Em uma importante entrevista reflexiva sobre os acontecimentos de seu governo a Marcos Piccin e Valter Pomar, Dilma Rousseff fez vários apontamentos que permitem perceber a sua visão dos conflitos de classes no Brasil recente.

Acerca das atitudes da burguesia frente à taxa de câmbio, a ex-presidenta afirmou:

eles [empresários industriais] comemoram quando a variação do dólar significa aumentar o valor do real. Nós somos o único país que comemora isso. Qualquer país que se preze quer o seu dinheiro desvalorizado para competir internacionalmente. O único país em que o mercado canta em prosa e verso a valorização do real é o nosso. (2017).

Como se vê, Dilma criticou os empresários por eles não se animarem com a desvalorização do real frente ao dólar, elemento favorecedor das exportações dos produtos brasileiros. No entanto, a ex-presidenta desconsiderou que no Brasil não se produz equipamentos e máquinas industriais. Parte substantiva do aparato produtivo é comprado no exterior, pago em moeda estrangeira. Portanto, o empresário industrial brasileiro tem de pagar as suas dívidas em dólar, ao passo que opera em reais. Sendo assim, o dinheiro desvalorizado dificulta o saldo dos débitos em moeda internacional, o que explica tal comportamento da burguesia nacional.

No tocante à política de juros, em tese os industriais desejam crédito barato, o que significaria juros baixos. Em sua conferência de balanço, Dilma Rousseff mencionou que

todas as grandes empresas brasileiras têm uma variante bancária chamada tesouraria, na qual a parte financeira é, progressivamente, mais significativa que a parte produtiva. A financeirização faz isso em qualquer país. Mas no Brasil, além disso, tem um ganho maior, que é um ganho derivado de serem sócios da rolagem da dívida pública. Quando o governo rola a dívida pública garante uma remuneração, chamada compromissado. (2017)

Desse modo, a ex-presidenta constatou que o setor industrial também investe em títulos da dívida pública, por conseguinte, eles não são refratários aos juros altos. Ao contrário, o capitalismo financeirizado os coloca na situação de beneficiários das altas taxas de juros por seus negócios com a dívida estatal.

Dilma confessou

Eu [...] nunca percebi a história, a não ser *a posteriori*, das classes mais enriquecidas do Brasil em relação aos juros. [...] Eu não percebi, também, qual era o nível de aversão deles a pagar qualquer parte da crise. E nunca percebi que eles achavam correto arrebentar o Estado em relação a qualquer política de conteúdo nacional mínima. Achei que eles tinham interesse efetivo num projeto nacional de desenvolvimento, não no sentido nacionalista da palavra. Por exemplo, que usar política de conteúdo nacional, recuperar a cadeia de petróleo e gás, criar a cadeia de fármacos, colocar aqui uma parte da estrutura da indústria automobilística, através de toda aquela política que nós fizemos de garantir que as grandes empresas viessem para o Brasil – que se interessariam por isso. E o que eu vejo é que esse processo é tão duro que eles não se interessam, não. (2017)

Nota-se que o setor tido como o grande protagonista do novo-desenvolvimentismo, isto é, o segmento industrial exportador, abandonou a “missão histórica” que lhe foi atribuída de alavancar o crescimento econômico pela nova estratégia nacional de desenvolvimento. Isso torna-se evidente na medida em que esse setor prefere partilhar do saque dos altos juros da dívida pública junto às outras frações do capital.

O metabolismo social do capital na contemporaneidade impõe a situação na qual, ao tentar acompanhar a velocidade da valorização do capital financeiro, o lucro produtivo é forçado a também se financeirizar para sustentar a acumulação. A volatilidade das taxa de juros cria, no curto prazo, obstáculo à acumulação do capital produtivo, sucedendo o que François Chesnais nomeou de “acumulação à dominância financeira” (1996).

Felipe Brito explicou a complexidade do sistema financeirizado remetendo ao processo de transversalização do capital:

As dificuldades de análise amplificam-se, entretanto, na medida em que a adesão a mecanismos rentistas de ganho econômico ultrapassa o setor financeiro convencional, atravessando também os setores industrial, agroindustrial, comercial, chegando também na composição dos meios de consumo das famílias. Fato é que no capitalismo contemporâneo a sociedade está transversalmente financeirizada. A financeirização do capital industrial, por exemplo, constitui uma característica da produção (e reprodução) vigente de mercadorias em âmbito mundial, e refere-se não somente à extrema dependência de créditos diante da colossal elevação da ‘composição orgânica do capital’ (Marx) em curso, mas também ao peso dos ganhos financeiro-especulativos na conformação da lucratividade desses agentes econômicos nos quais, muitas vezes, superam os ganhos obtidos com as atividades-fim (chamados ‘ganhos operacionais’). A proeminência financeiro-especulativa revela-se também no espraiamento de formas de obtenção de renda atrelada à propriedade de ativos financeiros, patentes, terras, propriedade imobiliárias etc. (BRITO, 2017)

Desse modo, longe de haver conflitos entre o capital rentista e o capital produtivo, no sistema capitalista contemporâneo há relações complexas de integração das várias formas assumidas pelo capital e pelos capitalistas.

Considerações finais

A estratégia nacional novo-desenvolvimentista respondia aos anseios de um programa social e político de conciliação de classes no Brasil. A sua gestação ocorreu no início do século XXI, a partir da aproximação

do PT aos empresários do setor de infraestrutura e têxtil, segmentos bastante afetados negativamente pelas políticas de liberalização comercial neoliberais dos anos 90 do século XX.

Vale destacar que a guinada da burguesia brasileira por uma forma de gestão distinta da neoliberal ortodoxa foi muito mais em razão do novo elemento para a acumulação de capital do que pelo desenvolvimentismo, haja vista que se preservou a restrição monetária, o ajuste fiscal, a prioridade exportadora e a concentração de propriedades. Apontou explicitamente o incremento aos subsídios estatais para a indústria, de modo a reverter as consequências do livre-comércio extremo dos anos 90. A vulnerabilidade financeira do Brasil e a sujeição a um padrão de crescimento muito dependente dos preços da matéria-prima fez com que essa plataforma fosse ensaiada. Entretanto, com o agravamento da crise mundial, a proposta novo-desenvolvimentista faliu e o empresariado exportador abdicou do protagonismo histórico que lhe foi atribuído nesse projeto.

A queda na lucratividade, a ampliação das greves dos trabalhadores, a financeirização do capital, o realinhamento político-econômico pelo viés liberal e a subordinação da burguesia brasileira ao imperialismo estadunidense permitiram florescer a coalizão contra o novo-desenvolvimentismo, a expressão programática dos governos de conciliação de classes.

Com o advento da financeirização, as grandes empresas industriais brasileiras tornaram-se conglomerados, que também praticam funções financeiras, sedentas por juros altos na remuneração dos recursos aplicados no curto prazo. Assim, a relação entre o capital rentista e o produtivo exprimiou um novo patamar de transversalidade e complexificação.

Os setores populares não foram mobilizados pelos governos do PT no enfrentamento às questões políticas e econômicas. Pode-se inferir que, por um lado, os dirigentes petistas no governo pensavam que estariam respaldados pelos empresários do setor produtivo quando os grupos contrários reagissem à sua política. Por outro lado, a militância do PT não conseguiu articular a mobilização junto aos movimentos sociais, sobretudo após 2013.

Portanto, a falência do novo-desenvolvimentismo, a crise de direção do petismo, as debilidades dos movimentos sociais causadas por anos de cooptação governista e passividade política fizeram com que o empresariado cancelasse a adesão ao projeto de conciliação de classes. A burguesia brasileira assumiu a plataforma ultraliberal para a economia e o conservadorismo político.

Referências

- BOITO JÚNIOR, A. Governos Lula: a nova burguesia nacional no poder. In: BOITO JUNIOR, A.; GALVÃO, A. (Org.). **Política e Classes Sociais no Brasil dos anos 2000**. São Paulo. Alameda, 2012.
- BRENNER, Robert. O princípio de uma crise devastadora, de 18 jun. 2008. In: <https://blogdacrise.wordpress.com/>. Acesso em novembro de 2018.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Do antigo ao novo desenvolvimentismo na América Latina. 2010. Disponível http://www.bresserpereira.org.br/papers/2010/10.01.Do_velho_novo_developimentismo.CCF.pdf. Acesso em 11 nov. 2018.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. O novo Desenvolvimentismo. **Folha de S. Paulo**, 19 de abril de 2004.
- BRITO, F. “A espoliação do choque ou o choque da espoliação: breves apontamentos sobre a conjuntura pré e pós-*impeachment*”. 20 set. 2017, p. 5-6. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2017/09/20/a-espoliacao-do-choque-ou-o-choque-da-espoliacao-breves-apontamentos-sobre-a-conjuntura-pre-e-pos-impeachment/>. Acesso em 16 jul. 2018.
- CARVALHO, L. **Valsa brasileira: do boom ao caos econômico**. São Paulo: Todavia, 2018.
- CASTRO, J. R. Dilma disse que se arrependeu das desonerações. 14 mar. 2017. <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/03/14/Dilma-disse-que-se-arrependeu-das-desonera%C3%A7%C3%B5es-o-que-foi-essa-pol%C3%ADtica-e-quais-as-cr%C3%ADticas-a-ela>. Acesso em setembro de 2018.
- CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.
- CURADO, M. Por que o governo Dilma não pode ser classificado como novo-desenvolvimentista?. In: **Revista de Economia Política**, vol. 37, nº 1 (146), janeiro-março/2017.
- INTERNATIONAL MONETARY FUND. **Primary commodity prices**. [S.l.]: IMF, 2016. Disponível em: <http://www.imf.org/external/np/res/comod/index.aspx>> Acesso em 13 dez. 2018.
- LULA DA SILVA, L. I. **A verdade vencerá: o povo sabe por que me condenam**. Organização Ivana Jinkings. São Paulo: Boitempo, 2018.

- MACIEL, A. Como as federações empresariais se articularam pelo *impeachment*. 25 de agosto de 2016. Disponível em: <http://apublica.org/2016/08/como-as-federacoes-empresariais-se-articularam-pelo-impeachment/>. Acesso em 12 nov. 2018.
- MANZI, R. H. D. O fim do superciclo das *commodities* internacionais e seus reflexos na economia brasileira. In: **Conjuntura Internacional**. Belo Horizonte: v 13, n. 1, Novembro de 2016.
- MARTINS, I. G. S. A corrupção inundou o governo. **Folha de S. Paulo**, 17 abr. 2016.
- MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo/Campinas: Boitempo/Ed. Unicamp, 2002.
- NERI, M. C. (Coord.). **A nova classe média**: o lado brilhante dos pobres. Rio de Janeiro: FGV/CPS, 2010, p. 27.
- OLIVA, A. M. **As bases do novo desenvolvimentismo no Brasil**: análise do governo Lula (2003-2010). 2010. 509 f. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- PAULANI, L. Desenvolvimentismo, planejamento e investimento público nos 5 mil dias de lulismo. In: MARINGONI, G.; MEDEIROS, J. (Orgs.). **Cinco mil dias**: o Brasil na era do lulismo. São Paulo: Boitempo Editorial/Fundação Lauro Campos, 2017.
- POCHMANN, M. **A vez dos intocáveis no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014.
- ROUSSEFF, D.; Entrevista exclusiva: Rousseff sem censura, ou quase. Marcos Piccin e Valter Pomar. In: *Esquerda Petista*, 12 jun. 2017. Disponível em: <https://www.revistaforum.com.br/dilma-fomos-ingenuos-em-relacao-aos-meios-de-comunicacao/> Acesso em 03 dez. 2018.
- SICSÚ, J.; PAULA, I. F.; MICHEL, R. Por que um novo-desenvolvimentismo?. In: **Jornal dos Economistas**, nº 186, 2005.
- SINGER, A. **O lulismo em crise**: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- SINGER, A. **Os sentidos do lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- WORLD BANK. **World Development Indicators**. Disponível em: <http://databank.worldbank.org/data/reports.aspx?source=2&Topic=21>. Acesso em 05 nov. 2018.
- WORLD ECONOMIC FORUM. **6 charts that explain China in the global economy**. [s.i.]: Weforum, 2015.
- ZIBECHI, R. **Brasil potência**: entre a integração regional e um novo imperialismo. Rio de Janeiro: Consequência, 2012.

Recebido em 9/06/2020

Aceito em 6/08/2020